

Ricardo Stuckert/PR



Ação da oposição sobre primeira-dama Janja gerou ação do PT sobre Michelle Bolsonaro

Declarada a guerra das primeiras-damas

Gastos de Janja e Michelle viram alvos de requerimentos

Por Rudolfo Lago

Natural de Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal, Michelle Bolsonaro tem 42 anos. É a terceira esposa do ex-presidente Jair Bolsonaro, que conheceu quando era secretária da liderança do PP na Câmara dos Deputados. Desde o início do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi ganhando projeção política. Com ela, primeira vez uma primeira-dama discursou no Parlamento do Palácio do Planalto durante a cerimônia de posse. A projeção faz agora Michelle ser um nome cotado tanto para o Senado no DF quanto até para a Presidência da República como alternativa a Bolsonaro, que está ineleável.

Nascida em União da Vitória, no Paraná, Rosângela Lula da Silva, conhecida como Janja, tem 58 anos. É também a terceira esposa do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. A socióloga é filiada ao PT, o partido de Lula, desde 1983, quando tinha 17 anos. Conheceu Lula na década de 1990, e começou a se

relacionar com o atual presidente em 2018, o ano que ele ficou um ano e sete meses preso na sede da Polícia Federal em Curitiba. O semanário argentino Revista Noticias chegou a compará-la numa reportagem a Evita Perón, mulher do ex-presidente da Argentina Juan Carlos Perón.

Janja

Igualadas em termos de importância política, Michelle e Janja são agora as protagonistas de uma guerra entre o governo e a oposição. No início de fevereiro, os partidos de oposição ao governo Lula começaram a apresentar uma série de requerimentos de informação questionando os gastos e atividades de Janja da Silva no governo. Os requerimentos são encabeçados pelo líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), como o apoio de outros parlamentares.

Os pedidos são endereçados a cinco ministros do atual governo: Rui Costa, da Casa Civil; Vinicius de Carvalho, da Controladoria-Geral da União; Mauro Vieira, das Relações Exteriores; Fernando Haddad, da Fazenda, e

Simone Tebet, do Planejamento.

Os requerimentos primeiro questionam qual é a condição funcional de Janja, para exercer algumas das suas atividades. No aniversário do 8 de janeiro de 2023, por exemplo, foi Janja quem abriu as cerimônias ao apresentar o relógio que pertenceu a Dom João VI e outras obras de arte que foram restauradas. Ela também já representou o presidente e o vice-presidente Geraldo Alckmin em mais de um evento. Assim, a partir daí, Zucco pergunta que gastos o país já teve com as atividades de Janja. Alguns desses gastos foram colocados por Lula sob sigilo.

Michelle

Como reação aos requerimentos apresentados por Zucco, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), resolveu fazer o mesmo com Michelle Bolsonaro. No final da semana passada, ele também apresentou uma série de requerimentos para investigar gastos que Michelle teve como primeira-dama.

“Cada requerimento sobre Janja, vamos apresentar dois so-

bre Michelle”, avisou Lindbergh nas redes sociais. Da mesma forma, Lindbergh questiona gastos com deslocamentos e outras despesas de Michelle. Mas vai além: num ofício ao Ministério Público, formaliza uma representação criminal e por improbidade administrativa, com base em reportagens de jornais. No caso, o questionamento refere-se a uma movimentação financeira de R\$ 32 milhões da empresa Cedro do Líbano Comércio de Madeiras e Materiais para Construção. Segundo a denúncia, parte dessa movimentação teria sido desviada para Michelle. Lindbergh menciona também gastos com cartão corporativo. Há ainda ofícios à Polícia Federal, à Controladoria-Geral da União e sobre o programa Pátria Voluntária, que Michelle geria durante o governo Bolsonaro.

Em nota, o PL Mulher, que Michelle preside, classificou a ação de Lindbergh como política. “Assim como todas as denúncias feitas contra Michelle e sua família, desde antes da eleição de Bolsonaro, uma a uma, elas vão caindo por terra”, diz a nota.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Eduardo tem buscado apoio nos Estados Unidos

Pressão faz PL priorizar indicação de Eduardo

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL) afirmou que, diante da pressão para que o passaporte de Eduardo Bolsonaro (PL-SP) seja apreendido, o partido vai mesmo exigir que ele seja o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Casa. Ao Correio Bastidores, Sóstenes disse que, caso seja necessário, a indicação de Eduardo será a primeira a ser feita pelo PL —

por ter a maior bancada, o partido tem direito a presidir seis comissões. Terá também a prerrogativa de fazer as duas primeiras escolhas.

A retenção do passaporte de um dos filhos de Jair Bolsonaro foi pedida pelos deputados petistas Lindbergh Farias (RJ) e Rogério Correia (MG). Alegam que Eduardo tem cometido crimes contra a soberania nacional.

Xandão na mira

Segundo os parlamentares, Eduardo seria responsável por crimes ao, em viagens aos Estados Unidos, articular retaliações ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Este determinou que a Procuradoria-Geral da República se manifeste sobre o pedido.

Sem opções

Para Sóstenes, a ida da deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) para o Ministério das Relações Institucionais demonstra a dificuldade do governo de conseguir levar um nome do Centrão. Segundo ele, a própria deputada admitiu que seria melhor ter um moderado no cargo.

Fernando Molica



No Centro do Rio, Kakay faz o L de Lula.

Advogado que criticou Lula foi alvo de brincadeira em baile

Autor, no mês passado, de uma carta aberta em que faz críticas ao amigo Lula, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, fez o “L” ao ser fotografado pela coluna, no Centro do Rio.

Acompanhado da mulher, Valéria Vieira, Kakay participou do Baile do André Diniz, na parte externa do bar Alfa, na Praça XV.

Um dos músicos que participavam da roda, o compositor, cavaquinista e cantor Tomás Miranda brincou quando viu que o criminalista estava por lá. Advogado, diretor de um departamento da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, Miranda falou ao microfone: “Manda uma carta pra mim, Kakay!”.

Orgasmo

A trilha sonora da entrega do Oscar até que acertou ao tocar trecho de “Je t’aime, moi non plus” no momento em que Walter Sales Jr. subiu ao palco. A canção, de 1969, fez sucesso ao simular um orgasmo de seus intérpretes: o autor, Serge Gainsbourg, e sua mulher, Jane Birkin.

Liberação

Assim como personagens de “Ainda estou aqui”, a música foi alvo da ditadura brasileira, chegou a ser proibida no país. A censura apreendeu discos que traziam a gravação. Quatro anos depois, acabou liberada, mas permaneceu interdita para execução pública.

‘Ressonância’

Parecer assinado em 1973 por Maria Luíza Barroso Cavalcante, da Divisão de Censura da Polícia Federal, defende a liberação controlada do disco, já que a “ressonância” das músicas, entre elas, “Je t’aime...” vai depender do estado de espírito de cada ouvinte”.

Amigos punidos

Segundo ela, entre adolescentes, os “estímulos” da música seriam divertidos. O processo mostra que a censura não poupava nem os aliados. Autores do sucesso “Eu te amo meu Brasil”, Dom e Ravel tiveram sua música “Anima mais irracionais” proibida de ser tocada em público.

STF alinhado com o governo em 90% dos julgamentos

Antônio Cruz/Agência Brasil

Desde o início deste mandato, o governo do presidente Lula (PT) registrou decisões em linha com as suas posições e obteve uma sucessão de vitórias no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Advocacia-Geral da União (CGU).

Das 111 ações constitucionais com origem no STF nas quais a AGU se manifestou e que foram julgadas pela Corte em 2023 e 2024, 99 tiveram resultados aderentes ao posicionamento da instituição, o que corresponde a 89% do total.

Nesse tipo de ação, em tese não se discute um interesse individual como em um processo judicial comum. O Supremo verifica se o objeto em debate é constitucional ou não em abstrato, ou seja, independentemente do caso concreto.

Sob outra ótica, a taxa de sucesso judicial da AGU nos processos em que ela atuou efetivamente como parte defendendo os interesses da União alcançou 74% em um universo de 5.888 decisões no acumulado do período. Em 2024, a razão foi de 76%. No ano anterior, de 72%.

Messias

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que o resultado da atuação no Supremo



STF alinha-se ao governo em 90% dos casos

ao longo de 2024 demonstra o trabalho do órgão na defesa do patrimônio da União e do Estado democrático de Direito.

“Estamos no caminho certo e nos preparamos para obtenção de resultados ainda melhores em 2025”, disse Messias, que tem entre as atribuições a representação da União no STF e o assessoramento direto e pessoal do presidente da República.

LulaXBolsonaro

O governo Lula contabiliza êxitos em processos relaciona-

dos à restrição de acesso a armas de fogo, à PEC dos Precatórios, à desoneração da folha de pagamento e à abertura de crédito extraordinário para combate a queimadas.

O ex-presidente Bolsonaro, por outro lado, enfrentou derrotas quando estava no poder, na disputa com os estados em torno do isolamento social, na tentativa de flexibilização do acesso a armas de fogo e até na nomeação de Alexandre Ramagem para a Polícia Federal.

Antes de Jorge Messias, que

está no cargo de advogado-geral da União desde o início do governo Lula, em 2023, ocuparam o posto, sob Bolsonaro, Bruno Bianco, José Levi e André Mendonça, este hoje ministro do STF.

Gabriela Zancaner, professora de direito constitucional da PUC-SP, considera que a diferença entre os governos Lula e Bolsonaro não deriva tanto da atuação da AGU, mas da composição da Corte e, principalmente, da própria falta de compatibilidade das políticas evocadas pelo ex-presidente com as leis do país.

Zancaner vê um tribunal, composto inclusive por uma maioria de ministros indicados nas gestões petistas, mais alinhado a Lula que a Bolsonaro. Mas, segundo ela, “não é uma questão de eu chuto, e você marca o gol”, e sim uma “questão de competência do Supremo e do caminho que esse governo tem seguido”.

“Estávamos um pouco fora da normalidade, com determinadas atitudes do governo passado, próprias e até pessoais do ex-presidente, que foram contrárias ao texto constitucional”, afirma a professora.

Arthur Guimarães de Oliveira (Folhapress)